



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000361784

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2052690-98.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são agravantes JOAO FRANCISCO SUZANA DA SILVA, BRENO GARCIA SUZANA, BRUNA GARCIA SUZANO, LUCAS GARCIA SUZANA, MARIA DA GRAÇA MANZANO GARCIA SUZANA, GIOVANI RICARDO PONTELLI, MARLENE FACO, ROSEMARI JAMMAL ALAHMAR, JURACY ZIMMERMANN, MARIA DE FATIMA E SILVA FERRO, MARIA DO CARMO FALCOSKI PADILHA, MARISA VIEIRA PEREIRA LEITE, NEIDE SIZUKO CHIEN SAKIMA, SUZANA RAMALHO DIAS AMSTALDEN, SONIA MARIA DOS SANTOS, THEREZINHA DE JESUS IANI, TIYOKO OKUBO HIGASHI, VERONILCE MARIA BONETI, WASHINGTON GOMES DE OLIVEIRA, MARIA LUISA BUFFO, FRANCISCO ROTTA, BENEDITA LOPES, AMAURY MENDONÇA, ANA RACHEL LUCIANO MARCUSSI, ARARI IREIS MARINELLI BONILHA, AURI LAURINDA PEREIRA DA COSTA, BENEDITA BELARMINO VIEIRA, CARLOS REZENDE, CHAMS ABID SALOMÃO ARAÚJO, DULCINA DE CAMPOS BORTOLOSSO, EDNA FALCOSKI ALBERTINI, EIKO MATUZAKI, EUTICYA LUZIA ARAUJO CARVALHO e FATIMA APARECIDA PESSATI DA CRUZ BONI, são agravados ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ (Presidente sem voto), ANTONIO CARLOS VILLEN E PAULO GALIZIA.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

MARCELO SEMER

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2052690-98.2025.8.26.0000

Agravantes: Débora Elen Pontelli de Oliveira e Giovani Ricardo Pontelli (herdeiros da autora Marlene Faco); e Breno Garcia Suzano, Bruna Garcia Suzano, Lucas Garcia Suzana e Maria da Graça Manzano Garcia Suzano (herdeiros de João Francisco Suzano Silva)

Agravados: Estado de São Paulo e FESP

Interessados: Marlene Faco (espólio) e João Francisco Suzano Silva (espólio)

Comarca: São Paulo – 7ª Vara de Fazenda Pública

Mm. Juíza: Juliana Brescansin Demarchi Molina

Voto nº 29582

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS E LEVANTAMENTO DE VALORES. RECURSO PROVIDO.

I. Caso em Exame

Agravo de instrumento interposto por herdeiros de autores falecidos, contra decisão que indeferiu o levantamento de valores, condicionando-o à apresentação de sobrepartilha.

II. Questão em Discussão

A questão em discussão consiste em determinar se é necessária a apresentação de sobrepartilha para a substituição processual e levantamento de valores por herdeiros.

III. Razões de Decidir

Falecidos os autores, seus herdeiros podem se habilitar nos autos e promover levantamento de valores, independentemente de apresentação de abertura de inventário, partilha ou sobrepartilha. Agravantes que demonstraram serem os únicos herdeiros dos autores que faleceram, e apresentaram escritura pública de inventário e cópia de processo e formal de partilha, que dispõem o quinhão cabível a cada herdeiro. Pedido de habilitação feito em conjunto, a demonstrar a concordância de todos. Providência exigida que viola os dispositivos legais pertinentes à matéria e o princípio da celeridade, configurando desarrazoado excesso de formalismo.

IV. Dispositivo

Recurso provido.

Legislação Citada:

CC, art. 1.784; CPC, arts. 110, 313, 687, 688, 689, 692 e 778.

Jurisprudência Citada:

STJ, AgRg nos EDcl no REsp nº 1.018.236/PR, Rel. Min. Nefi Cordeiro, Sexta Turma, j. 15.10.2015.

TJSP, Agravo de Instrumento nº 2010582-54.2025.8.26.0000, Rel. Des. Antonio Carlos

Villen, 10ª Câmara de Direito Público, j. 06.03.2025.
TJSP, Agravo de Instrumento nº
2001803-13.2025.8.26.0000, Rel. Des. Antonio Celso
Aguilar Cortez, 10ª Câmara de Direito Público, j.
13.02.2025.
TJSP, Agravo de Instrumento nº
2351787-24.2024.8.26.0000, Rel. Des. Teresa Ramos
Marques, 10ª Câmara de Direito Público, j. 05.12.2024.
TJSP, Agravo de Instrumento nº
2299990-09.2024.8.26.0000, Rel. Des. Paulo Galizia, 10ª
Câmara de Direito Público, j. 03.12.2024.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão de fls. 14/20, que indeferiu “*qualquer levantamento de valores pertencentes aos espólios de João Francisco Suzano da Silva, Marlene Faco [...], até que sejam definidos pelas vias legais competentes os seus verdadeiros herdeiros ou sucessores, bem como os haveres e os deveres dos falecidos, uma vez que somente com o formal de partilha ou sobrepartilha devidamente expedido constando o crédito aqui constituído com o quinhão de cada herdeiro é que se pode habilitar os sucessores nos autos*”.

Em razões recursais, a defesa alegou, em suma, que (i) a decisão não considerou a escritura pública de inventário e cópia de processo de inventário e formal de partilha juntados aos autos, onde está consignado quem são os herdeiros dos falecidos e respectivos quinhões; (ii) o condicionamento do levantamento de eventuais valores em nome dos falecidos, à abertura de sobrepartilha, é desnecessário e incompatível com a legislação e jurisprudência acerca da matéria; (iii) o art. 110 do CPC faculta a substituição do falecido pelo espólio ou por seus sucessores.

Pleiteou, ao final, a reforma da r. decisão, para deferir o levantamento dos valores depositados pelos herdeiros dos autores falecidos, sem a necessidade de sobrepartilha (fls. 01/13).

Recurso tempestivo, preparado e respondido.

É O RELATÓRIO.

Extraí-se dos autos de origem que os autores Marlene Faco e João Francisco Suzano Silva, juntamente com outros demandantes, sagraram-se vencedores em processo que condenou aos ora agravados ao recálculo da sexta-parte sobre todas as gratificações por eles percebidas.

No curso da execução da sentença, os autores Marlene Faco e João Francisco Suzano Silva faleceram, respectivamente em 22/01/23 e 14/04/21 (fls. 957 e 988 – autos principais), tendo sido pleiteado pelo defensor de ambos, a habilitação dos herdeiros e consequente levantamento de valores.

A MM^a. Juíza *a quo*, por decisão de fls. 14/20, indeferiu qualquer levantamento de valores pertencentes aos espólios de João Francisco Suzano da Silva e Marlene Faco, até que seja coligido aos autos o competente formal de partilha ou sobrepartilha constando o crédito constituído nos autos originais, com o quinhão de cada herdeiro.

Daí adveio o presente recurso.

Pois bem.

A decisão comporta reforma, como se verá a seguir.

Desde logo, insta destacar que, de acordo com o art. 1.784 do Código Civil, “*aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários*”.

Do mesmo modo, o art. 110 e 313, ambos do Código de Processo Civil, assim estabelecem:

Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no [art. 313, §§ 1º e 2º](#).

Art. 313. Suspende-se o processo:

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

[...]

§ 1º Na hipótese do inciso I, o juiz suspenderá o processo, nos termos do [art. 689](#).

§ 2º Não ajuizada ação de habilitação, ao tomar conhecimento da morte, o juiz determinará a suspensão do processo e observará o seguinte:

[...]

II - falecido o autor e sendo transmissível o direito em litígio, determinará a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

No que toca ao procedimento para a necessária habilitação de herdeiros em caso de falecimento do autor, têm-se as disposições dos arts. 687 a 689, do CPC. Confira-se:

Art. 687. A habilitação ocorre quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.

Art. 688. A habilitação pode ser requerida:

I - pela parte, em relação aos sucessores do falecido;

II - pelos sucessores do falecido, em relação à parte.

Art. 689. Proceder-se-á à habilitação nos autos do processo principal, na instância em que estiver, suspendendo-se, a partir de então, o processo.

[...]

Art. 692. Transitada em julgado a sentença de habilitação, o processo principal retomará o seu curso, e cópia da sentença será juntada aos autos respectivos.

Pelo que se depreende destes dispositivos legais, não há exigência alguma quanto à apresentação de escritura pública de inventário, partilha ou sobrepartilha após a habilitação, para o levantamento de eventuais valores devido ao *de cujus*.

Inclusive, o art. 778, §1º, II, do CPC, prevê a possibilidade de os herdeiros promoverem a execução em face do credor:

Art. 778. Pode promover a execução forçada o credor a quem a lei confere título executivo.

§ 1º Podem promover a execução forçada ou nela prosseguir, em sucessão ao exequente originário:

[...]

II - o espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo;

§ 2º A sucessão prevista no § 1º independe de consentimento do executado.

Desta feita, conclui-se que, desde que devidamente habilitados nos autos, os herdeiros se sub-rogam na capacidade processual do autor falecido, sendo desnecessário o cumprimento de qualquer formalidade pertinente a inventário, partilha ou sobrepartilha, para o levantamento de valores.

Especificamente no caso dos autos, note-se que está comprovado que os agravantes, todos capazes, são os únicos herdeiros tanto de Marlene Faco, como de João Francisco Suzano Silva (fls. 988).

Note-se que, de acordo com a certidão de óbito de fls. 957 dos autos de origem, Marlene era separada judicialmente, e possuía duas filhas Débora Elen Pontelli de Oliveira (casada em regime de separação de bens – fls. 964) e Giovanni Ricardo Pontelli (solteiro).

Além disso, trouxeram aos autos, cópia de sentença que homologou a partilha apresentada nos autos de arrolamento de nº 1000733-86.2023.8.26.0407, com determinação de expedição de formal de partilha, em que expressamente constou a divisão dos bens herdados na proporção de 50% para cada um dos herdeiros (fls. 970/974 e 975/976 – autos de origem), mesmo quinhão que apresentaram como devido a cada um para o

levantamento de valores na execução principal.

Ademais, ambos postularam a habilitação em conjunto, sendo representados nos autos pelo mesmo advogado (fls. 960 e 963 – autos de origem), a revelar a concordância com o percentual de 50% que caberá a cada herdeiro no valor a ser levantado.

No mesmo sentido em relação aos herdeiros do autor falecido João Francisco Suzano Silva.

A certidão de óbito de fls. 988 constou que João Francisco era casado em comunhão de bens com Maria da Graça Manzano Garcia Suzano, e deixou os filhos Breno Garcia Suzano, Bruna Garcia Suzano e Lucas Garcia Suzana, todos casados em comunhão parcial de bens (fls. 994, 998 e 1002 – autos principais).

E, também coligiram ao feito, inventário extrajudicial e partilha de bens, em que constou que à viúva meeira coube 50% do patrimônio deixado pelo *de cujus*, e, a cada filho, o quinhão de 16,666% (fls. 1005/1008 – autos principais), montantes esses especificados na inicial para o levantamento de valores.

Do mesmo modo, pleitearam a habilitação em conjunto e patrocinados pelo mesmo advogado (fls. 990, 993, 997 e 1001 – autos de origem), o que, como já dito, demonstra a concordância com o percentual indicado a cada herdeiro.

Portanto, a exigência de sobrepartilha contida na decisão agravada, revela excesso de formalismo, sem previsão legal para tanto, além do que, como bem ponderou o Des. Antonio Carlos Villen, “*ao condicionar o levantamento de valores à prévia partilha, a decisão agravada contraria os dispositivos mencionados [arts. 313, I, §2º, II; 110; e 778, § 1º, II, todos do CPC], e impõe requisito que não atende ao princípio da celeridade processual*” (Agravado de Instrumento nº 2226799-28.2024.8.26.0000, j. 08/05/25), principalmente no caso dos autos, em que coligidos documentos

que indicam o quinhão que cabe a cada um dos herdeiros.

A respeito, confira-se julgado do STJ:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SUCESSÃO. HABILITAÇÃO DE TODOS OS HERDEIROS. ABERTURA DE INVENTÁRIO. 1. A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que **a abertura de inventário é desnecessária para o levantamento de valores decorrentes de ação executiva, desde que a viúva e todos os herdeiros se habilitem pessoalmente em juízo.** 2. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.018.236/PR, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 15/10/2015, DJe de 5/11/15) (g.n.)*

Neste sentido, já decidiu esta C. 10ª Câmara:

CUMPRIMENTO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. Habilitação dos herdeiros do coautor. Decisão que condicionou a habilitação e o levantamento de valores à prévia partilha dos bens do falecido. Inadmissibilidade. Herdeiros que sucedem a parte e podem praticar todos os atos do processo. Arts. 110 e 778, § 1º, II, do CPC. Agravo provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2010582-54.2025.8.26.0000; Relator (a): Antonio Carlos Villen; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 10ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 06/03/2025; Data de Registro: 06/03/2025)

Cumprimento de sentença. Insurgência contra decisão que homologou pedido de habilitação de herdeiros do exequente originário e condicionou a substituição processual e eventual levantamento de valores à apresentação de inventário ou sobrepartilha. Desnecessidade de abertura de inventário. Aplicação dos artigos 75, VII, 110, 313, §§ 1º e 2º, do CPC. Precedentes. Habilitação direta de herdeiros. Decisão reformada. Agravo de instrumento provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2001803-13.2025.8.26.0000; Relator (a): Antonio Celso Aguilar Cortez; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 2ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 13/02/2025; Data de Registro: 13/02/2025)

PROCESSO Cumprimento de sentença – Falecimento – Sucessão processual – Herdeiros – Arrolamento, abertura de inventário ou realização de partilha – Desnecessidade – Levantamento – Possibilidade: – Falecendo a parte no curso do processo, seus sucessores poderão habilitar-se independentemente de arrolamento, inventário ou partilha, promovendo, ato contínuo, o levantamento dos valores depositados. (TJSP; Agravo de Instrumento 2351787-24.2024.8.26.0000; Relator (a): Teresa Ramos Marques; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 8ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 05/12/2024; Data de Registro: 05/12/2024)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Recurso interposto contra a decisão que indeferiu o levantamento dos valores residuais depositados pelos herdeiros dos exequentes habilitados. Inadmissibilidade. Sucessão processual, com a habilitação dos herdeiros, que independe de abertura de inventário ou arrolamento. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2299990-09.2024.8.26.0000; Relator (a): Paulo Galizia; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 03/12/2024; Data de Registro: 03/12/2024)

Portanto, de rigor a reforma da r. sentença.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou provimento ao recurso para afastar a exigência de sobrepartilha para a habilitação e levantamento de valores pelos agravantes, herdeiros dos exequentes falecidos Marlene Faco e João Francisco Suzano Silva.

MARCELO SEMER
Relator